

FEMINISMO, MOVIMENTOS DE MULHERES E A (RE)CONSTRUÇÃO DA DEMOCRACIA EM TRÊS PAÍSES DA AMÉRICA LATINA*

*Maria Lygia Quartim de Moraes*¹
Deptº de Sociologia doIFCH

1. APRESENTAÇÃO²

Brasil, Chile e Argentina compartilham da pesada herança das ditaduras militares – que cronologicamente se inicia no Brasil em 1964; irrompe brutalmente no Chile em 1973 e em 1976 na Argentina – deixando um rastro de sangue e irreversíveis seqüelas sociais. A longa permanência da tutela militar, o terrorismo de Estado, com o assassinato e desaparecimento de oponentes políticos, a crise econômica internacional, as desastrosas políticas neoliberais são processos

* Trabalho apresentado no 51º Congresso Internacional de Americanistas, Santiago, Chile, 14-18 de Julho de 2003.

¹ Professora Livre-docente do Departamento de Sociologia do IFCH-UNICAMP, pesquisadora do CNPq e do Núcleo de Estudos de Gênero – Pagu, da UNICAMP.

² Este texto baseia-se nos resultados da pesquisa “Documentos e memórias da repressão militar e da resistência política: Brasil – 1964/1982, desenvolvida graças ao apoio do CNPq ao projeto integrado do mesmo nome que coordeno desde 1999.

comuns a essas três nações, assim como a lenta (re)emergência da esquerda e os novos movimentos sociais.

Não obstante o reconhecimento de que as três transições se realizaram sob a tutela militar, a presença ativa dos movimentos sociais criou novas alternativas políticas de reconstrução da esquerda latino-americana. Os movimentos liderados ou integrados maioritariamente por mulheres, quer na defesa dos direitos humanos quer nas propostas feministas, constitui um fato novo, cuja potencialidade ainda permanece viva nos dias de hoje. O objetivo deste texto é o resgate histórico e a avaliação das potencialidades atuais dos movimento de mulheres e feministas que constituem uma das forças sociais presentes no cenário político da América Latina.

Neste sentido, a experiência brasileira está na ordem do dia, tanto pela eleição presidencial que elegeu o opositorista e ex-metalúrgico Lula, quanto pela importância assumida pelo Fórum Social Mundial, inovadora proposta de representantes das várias correntes que atuam nos movimentos sociais brasileiros.

No Brasil, a longa transição democrática conheceu um leque variado de iniciativas populares e políticas que incluem tanto um novo sindicalismo operário, rompendo com o tradicional modelo do paternalismo estatal e da subordinação sindical, como também a emergência de movimentos mais relacionados à reivindicações do cotidiano além da formação do Partido dos Trabalhadores. Oficialmente fundado em 1980, o PT reuniu ex-militantes da esquerda armada, lideranças sindicais e movimentos de base sob influência dos defensores da Teologia da Libertação.³

³ A partir da conquista da prefeitura de Porto Alegre (governado pelos petistas desde 1988) foram criadas novas instituições de participação da população, como é o co-

Ao lado destes movimentos urbanos e dos primeiros experimentos de democracia participativa, a extrema concentração da propriedade fundiária no Brasil, ao lado da deterioração das condições de vida, originou o radical Movimento dos Sem-Terra-MST. Vamos encontrar também, nas lutas do campo, no Brasil e no México, a presença dos ativistas da Teologia da Libertação, que congrega religiosos e religiosas com ativa participação entre os pobres e oprimidos, daí a existência da Pastoral da Terra, da Pastoral da Criança, etc., participando ativamente dos movimentos sociais no país e constituindo uma das matrizes da esquerda brasileira, juntamente com a matriz marxista que, por sua vez, apresenta diversas ramificações. No campo da esquerda comunista o maior partido existente é o Partido Comunista do Brasil.⁴

Assim, as duas grandes matrizes da esquerda brasileira e latino-americana de modo geral são o marxismo e a doutrina cristã⁵, na sua versão de esquerda, da Igreja dos oprimidos – que gerou o guerrilheiro Padre Camilo Torres na Colômbia; os frades dominicanos do grupo guerrilheiro da Ação Nacional Libertadora-ALN⁶ – ainda hoje uma das forças mais atuantes dentro do PT. A Igreja Católica tem forte

nhecido caso dos “orçamentos participativos”, que se transformaram em referência internacional, o PT consolidou-se como alternativa de governo.

⁴ Uma análise mais detalhada do tema encontra-se no livro *A Economia Política Brasileira em Questão: 1964-75* (escrito em parceria com Guido Mantega). São Paulo, Editora Aparte, 1978.

⁵ Para um aprofundamento desta questão vide SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena*/ Paz e Terra, 1983.

⁶ Organização clandestina oriunda do rompimento de parte dos comunistas do PCB, após a adoção das teses da luta armada da Organización latinoamericana de solidariedade-OLAS, em reunião realizada em 1968. Carlos Marighella, conhecido militante comunista, foi um dos seus criadores. A ALN foi uma das mais importantes organizações guerrilheiras do Brasil no período 1968-74.

presença nas lutas do campo, no Brasil do Movimento dos Sem Terra MST e no México dos Zapatistas.⁷ Essa dupla origem unifica a história da esquerda latino-americana.

No entanto, foge ao escopo deste trabalho aprofundar a importante questão das matrizes teórico-políticas das esquerdas brasileiras. O objetivo é historiar o surgimento e as características do feminismo e ativismo em torno dos direitos das mulheres na América Latina e o impacto da intensa militância e do programa de luta desenvolvidos pelos movimentos sociais a partir dos 1970. No contexto histórico das ditaduras militares e na ausência dos direitos políticos elementares as feministas participaram das lutas pelas liberdades democráticas a partir de grupos e reivindicações sobre temas afeitos às mulheres, dentro dos limites estabelecidos pelos estados policiais.

Na América Latina, como em outras partes do mundo, a dupla experiência do patriarcalismo doméstico e do machismo na política levou as feministas a defenderem a autonomia do movimento de mulheres e a criação de instituições verticais, sem hierarquias e monolitismos. Grupos feministas, mulheres da periferia que freqüentavam as atividades das comunidades eclesiais de base, operárias metalúrgicas, empregadas domésticas politizadas e “infiltradas” políticas de vários grupos clandestinos eram alguns dos personagens principais presentes nos encontros e congressos de mulheres com plataformas de lutas que incluíam direitos específicos (igual salário a igual trabalho), como se observa na experiência brasileira entre 1974 e 1982.

⁷ Uma aprofundada análise do tema encontra-se em WANDERLEY, Luiz Eduardo W. Os cristãos, o socialismo e projetos históricos alternativos. Trabalho apresentado na mesa redonda MR08 “Catolicismo e neoliberalismo”. VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998.

O potencial político e mobilizador desta primeira fase do feminismo atraiu a atenção dos organismos preocupados em influenciar o movimento social no sentido da integração ao sistema. Aos poucos, sob a hegemonia norte-americana, é dada a partida da transformação do movimento espontâneo em “ONGs” que, no Brasil de hoje, somam cerca de 250 e estão “filiadas” à Associação Brasileira de Organizações Não-governamentais-ABONG, além de inúmeras outras sem filiação. Nesse processo, os grupos feministas e/ou defensores dos direitos da mulher tiveram uma extraordinária expansão, tornando-se, muitas vezes, interlocutoras privilegiadas dos governos, como acontece no Brasil e no Chile, onde muitas feministas transformaram-se em técnicas e operadoras de políticas sociais de gênero.

É importante assinalar a atuação dos organismos internacionais com respeito à aceitação dos governos pós-ditadura militar da agenda dos direitos da mulher, na forma de assinatura a convênios e cartas. O ponto inicial foi o Ano Internacional da Mulher em 1975 e, em seguida, as Conferências Internacionais sobre as Mulheres realizadas em Nairobi, 1985 e em Beijing, 1995. Em cada uma dessas conferências ampliava-se o âmbito das políticas sociais na medida em que foi sendo reconhecido que alterar a situação desigual da mulher implica em alterar a divisão sexual do trabalho e superar o acesso desigual aos bens e poder político.⁸

A pressão internacional em prol da agenda de mulheres foi parcialmente assumida pelos governos beneficiários de financiamentos internacionais. Muitos governos latino-americanos assimilaram o dis-

⁸ Assim chegou-se à atual política de “transversalização”, isto é, a perspectiva de gênero em todas as políticas sociais como maneira de superar a pouca importância efetiva dos conselhos da mulher criados nos anos 80.

curso e as demandas feministas ao mesmo tempo que os reduziam e enquadravam em termos de políticas sociais que, dado o enorme contingente populacional (especialmente mulheres) vivendo na pobreza, ficaram muito próximas da filantropia.

O movimento de mulheres em geral e o feminismo em particular oscilam entre a institucionalização e a contestação, entre estar no governo ou pressionar o governo como movimento social. Neste sentido, para melhor acompanharmos a trajetória dos movimentos de mulheres e dos vários feminismos que estão presentes em nossas sociedades latino-americanas, é importante fazer uma retrospectiva das quatro últimas décadas tendo como foco o Brasil, Chile e Argentina e as circunstâncias históricas das ditaduras militares.

2. DITADURAS MILITARES E MOVIMENTOS DE MULHERES

O Brasil inaugura em 1964 a sucessão de golpes e ditaduras militares dentro dos três países da trilogia ABC que congrega os países economicamente mais fortes do Cone do Sul. As condições políticas em que se dá o rompimento da legalidade democrática no Chile e no Brasil são assemelhadas: em ambas, governos legitimamente eleitos, cujos atos não feriam os pressupostos constitucionais, conhecem uma polarização social fortíssima e o boicote norte-americano – dentro da lógica do anticomunismo como desculpa para conter quaisquer transformações econômico-sociais. É importante assinalar que em ambos países amadureciam processos de organização das camadas rebeldes, como foi o caso das Ligas Camponesas dos anos 60, um atuante mo-

vimento dos sem-terra. Também os movimentos estudantis já estavam em ebulição, como aconteceu com a longa greve que opôs alunos ao poder universitário em torno do aumento da participação estudantil em 1962 na Universidade de São Paulo-USP (o que explica sua radicalização sob o autoritarismo militar.) Sem se falar do movimento político de cabos e sargentos dentro das forças armadas⁹.

O que estou tentando acentuar é que as ditaduras militares refletem o medo das classes dominantes em perder ou mesmo dividir o poder e a permanente “criminalização” dos movimentos populares. No Brasil, a questão social sempre foi tratada como uma “questão da polícia”, nas palavras do presidente da República Washington Luís Pereira de Souza, no anos 1920¹⁰. A ditadura Getúlio Vargas (1930-45) enquadrou o movimento sindical numa estrutura “pelega” que, a partir de meados dos anos 1950, começa a ser questionada. Também o Partido Comunista Brasileiro desfrutara de poucos anos de legalidade ao longo da história do país, gozava, no governo Goulart (1962-4), de uma semi-legalidade e já conquistara o número suficiente de assinaturas de eleitores para exigir sua completa legalização.

Portanto, o golpe militar de 1964 impediu a democratização da sociedade brasileira e a expansão dos direitos de cidadania. Os militares cercearam as liberdades fundamentais e exerceram sua autoritária tutela em benefício das oligarquias do Nordeste e dos grandes grupos econômicos nacionais e estrangeiros.

⁹ Alfred Stepan, estudioso do tema, calcula que cerca de 20% dos oficiais brasileiros foram atingidos por expurgos após o golpe de 1964 (Apud/Quartim, op.cit. p.38).

¹⁰ Último presidente antes da revolução de 1930 que pôs fim a chamada “primeira república” de partido único, representando as oligarquias rurais que perdiam força econômica para a burguesia industrial.

A intolerância com respeito à oposição política mantinha-se através das draconianas leis de exceção, impostas na forma de “atos institucionais”, que enfeixavam um poder sem precedentes nas mãos dos ditadores militares. O todo poderoso ministro de Delfim Neto realizava o programa de “modernização” da economia, amparado pelos órgãos clandestinos incumbidos do terrorismo de Estado, como a famigerada Operação Bandeirantes e o DOI-Codi. Foram os anos do “Brasil: ame-o ou deixe-o”, no qual cerca de 400 pessoas foram mortas ou “desaparecidas”, enquanto outras 5 mil passavam pelos tribunais militares.

O Brasil foi o primeiro a praticar sistematicamente o terror contra os oponentes e tem a primazia na introdução dos mecanismos cruéis da tortura e desaparecimento de oponentes políticos, servindo como modelo para as ditaduras do cone sul.¹¹ A repressão política brasileira notabilizou-se pelo sequestro de suspeitos (que eram encauçados e levados para o para-oficiais de tortura e extermínio) e inaugurou a era do desaparecimento físico dos oponentes: sem corpo não há delito. Foi a etapa dos desaparecimentos. Centenas no Brasil, milhares na Argentina e no Chile, em que a esquerda, legal e legítima, foi exterminada pela aliança entre as forças armadas, igreja católica e a direita política, com a omissão criminosa dos democratas cristãos.

Assim, a experiência que nos unifica resume-se em poucas palavras: ditadura militar e neoliberalismo. Primeiramente, as longas e sinistras ditaduras, que dizimaram os oponentes, cercearam manifestações culturais e intelectuais e integraram seus países à hegemonia do capitalismo norte-americano. Em segundo lugar, temos as consequên-

¹¹ Como esquecer que os primeiros brasileiros a desembarcar após o golpe foi uma “missão” de especialistas em tortura e repressão que logo passaram a interrogar os brasileiros presos no *Estadio Nacional*?

cias sociais das política de cunho neoliberal aplicadas com maior ou menor violência em quase todos os países latino-americanos. São essas as experiência que nos unem e nos fazem compartilhar da mesma insegurança social, do mesmo desemprego e da mesma dependência aos organismos financeiros internacionais. Finalmente, como contraponto a essas amargas experiências, há que considerar a experiência mais positiva dos movimentos sociais atuantes no processo de “democratização da democracia.”

A emergência do feminismo na maior parte dos países da América Latina se fez no quadro do terrorismo de estado imposto pelas ditaduras militares, outro fator importante pois sempre conectou os movimentos emergentes à causa da democracia, pela liberdade de expressão, de organização e de consciência, as clássicas bandeiras do Iluminismo. No Brasil, a inquestionável presença do feminismo como porta-voz dos direitos de cidadania às mulheres – alargando o próprio conceito de direitos humanos – soma-se à atuação de muitas feministas no movimento pela anistia e na luta dos familiares dos mortos e desaparecidos políticos.

As perseguições políticas levaram ao exílio centenas de brasileiros que encontraram no Chile um local de refúgio. Intelectuais cassados, como ex-presidente e sociólogo Fernando Henrique Cardoso, trabalhavam nos órgãos oficiais ainda instalados, como a CEPAL e a Flacso. Outros, ademais, eram professores nas universidades chilenas¹². Isso nos anos do governo democrata-cristão de Eduardo

¹² A economista da Cepal e ex-deputada pelo PT, Maria da Conceição Tavares, era professora no curso de pós graduação da ESCOLATINA, da Universidad de Chile, assim como José Serra. Ela foi conselheira do governo Allende, como é atualmente do governo Lula.

Frei.¹³No começo dos anos 70, enquanto a ditadura militar brasileira aniquilava a resistência armada e mantinha a oposição democrática nos limites da clandestinidade (com as sucessivas *cassações de direitos políticos*), os jovens de esquerda viram se abrir uma nova esperança: o projeto de unidade das esquerdas e de transformação pacífica para o socialismo. O *Programa Comum*, na França, unia comunistas e socialistas e, no Chile, a *Unidad Popular*, com a mesma aliança, venceu as eleições de 1971, com quase quarenta por cento dos votos. O Programa de transformações no poder econômico previa o controle pelo Estado de cerca de uma centena de empresas estratégicas, nos setores industrial, bancário, etc.

A reação das classes dominantes chilenas não se fez tardar: a direita chilena estimulou todo o tipo de boicote - da sabotagem industrial ao financiamento de greves de caminhoneiros - com o apoio explícito dos Estados Unidos. A experiência histórica da construção do socialismo através da via democrática, representada pelo governo Salvador Allende, terminou a ferro e fogo pela direita civil unida ao exército comandado pelo general Pinochet, que passa para a história como um dos maiores violadores dos direitos humanos.¹⁴

¹³ Eduardo Frei (que terminou por se unir à direita contra Allende, colaborando no golpe militar).

¹⁴ Os muitos brasileiros que viviam no Chile na época do presidente Allende, asilados contra a opressão da ditadura militar brasileira, são testemunhas da inqualificável brutalidade com que o general Pinochet e uma direita sanguinária trataram todos aqueles que não concordavam com eles. Os militares golpistas, sob o comando do general Pinochet, bombardearam Santiago e encheram os, quartéis e até o estádio de futebol com milhares de suspeitos, isto é, de cidadãos que apoiavam seu presidente legitimamente eleito. Todos nós lembramos dos gritos que se ouvia à noite, das mãos decepadas do violonista Miguel Parra e de tantas outras atrocidades. Durante os 11 dias que sucederam o golpe todas as comunicações por avião foram suspensas entre o Chile e o Mundo,: era o tempo da “limpeza”. Depois, mantiveram o silêncio

Após o golpe militar do general Pinochet, processou-se o êxodo dos exilados brasileiros do Chile para a Europa, especialmente para a França, dado o apoio recebido dos socialistas e comunistas franceses, acostumados à solidariedade internacional. A capital francesa tornou-se, então, um importante eixo de referência para a esquerda latino-americana. O contato com a realidade cotidiana de um país europeu, com educação, saúde e outros direitos garantidos pelo Estado, alargou o horizonte pessoal e político dos exilados e seus familiares.

O número de brasileiras exiladas multiplicou-se rapidamente e, já no final de 1973, foi criado, em Paris, pelas militantes oriundas da esquerda armada e do partido comunista, um fórum semanal de discussões com a dupla tarefa de pensar teoricamente a questão da mulher e estudar a realidade da mulher brasileira. Da bibliografia obrigatória constava o clássico *A Origem da família, da Propriedade Privada e do Estado*, de Engels, e os escritos de Juliet Mitchell.¹⁵

dos cemitérios, governando com o terror e a tortura e sob estado de sítio. Vimos casas de amigos serem invadidas e muitos brasileiros serem presos por sua condição de estrangeiros e nunca mais aparecerem. O próprio governo chileno reconheceu sua responsabilidade nesses desaparecimentos.

¹⁵ Em janeiro de 1975, a revista *Debate*, órgão de discussão de oriundos da esquerda armada, com sede em Paris, publica o primeiro artigo sobre a questão feminina, com chamada na capa. Nele e em artigos subsequentes, a preocupação fundamental consistia em atualizar a análise marxista da questão feminina, na busca de legitimação teórica para a luta feminista. Para maiores detalhes sobre o Círculo de Mulheres de Paris vide GOLDBERG.

3. AS VIAS DA TRANSIÇÃO DEMOCRÁTICA EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

A enorme interferência militar na história política da América Latina tem sido objeto de estudo de especialistas de várias línguas e tendências. Do conjunto destas contribuições, *A construção da controle civil: Argentina, Brasil e Chile*, artigo escrito pelo sociólogo argentino Ernesto Lopez,¹⁶ é de extrema valia para o aprofundamento das convergências e especificidades da transição democrática nos três países que constituem nosso objeto de estudo. Lopez ressalta inicialmente que “o histórico é, por definição único, mas que sempre pode haver semelhanças, parentescos (...) {e o que} verdadeiramente justifica uma comparação é a possibilidade de melhorar a percepção e a compreensão de um fenômeno no que este tem de próprio e singular”.¹⁷

Utilizando a distinção feita por Guillermo O’Donnell entre transições pactuadas e transições por colapso, Lopez cria uma tipologia que inclui Brasil e Chile na categoria das transições pactuadas e a Argentina na categoria das transições resultantes de colapsos (no caso, a Guerra das Malvinas). Sua tipologia trabalha também com a questão do tipo de regime que se segue à passagem do poder das mãos dos militares para os civis e o grau de autonomia das forças armadas e o grau de controle que exercem sobre os aparelhos de Estado. Nesse caso, o Brasil e a Argentina constituem uma transição pactuada “moderada”, enquanto o Chile é um “caso duro”. Nas palavras de Lopez:

¹⁶ LOPEZ, Ernesto. A construção do controle civil: Argentina, Brasil e Chile in SAINT-PIERRE, H.L. e MATHIAS, L.S. (org.) *Entre voto se botas. As forças armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*, Franca: UNESP, 2001.

¹⁷ Idem, p.94.

Sem entrar em considerações particulares (...), pode-se mencionar que o regime chileno nasceu marcado duramente por garantias e salvaguardas – a maioria das quais é constitucional – que favorece um papel tutelar das Forças Armadas sobre o sistema político. O regime legal/institucional brasileiro inicialmente manteve certas garantias – por exemplo, uma passagem gradual do poder aos civis – mas foi mais flexível. Pode-se dizer que graduou tanto a transferência do poder ao mundo civil como a própria retirada dos militares. Um marco adicional desta previsão gradual rumo a “brandura” está no fato de que houve uma reforma constitucional no Brasil, convocada e realizada durante um governo civil e plenamente democrático. Pode-se dizer, em compensação, que o regime argentino, nasceu “moderado” devido ao colapso militar.¹⁸

Desta maneira, não há como minimizar o grau e a extensão da participação dos militares na vida política da América Latina e a importância do fortalecimento dos movimentos sociais e dos partidos políticos de maneira a preservar o controle civil.

4. O FEMINISMO BRASILEIRO E A CONQUISTA DA DEMOCRACIA

O reconhecimento da importância do feminismo brasileiro levou a pesquisadora norte-americana Alvarez (1990) a utilizar a expressão “engendering¹⁹” a democracia no Brasil, para acentuar a dimensão “gender” no processo de redemocratização do país. Como outros estudiosos do tema,²⁰ ela observa o impacto cultural, em termos de novas

¹⁸ Idem, *ibidem*, p.103.

¹⁹ When the left turned toward organizing ‘mass base for the revolution’ in Brazil’s urban periphery in the mid-1970, many former guerrilheiras and student activists direct their efforts at the women of the popular class. Early feminists saw themselves as the vanguard of what was to be a united, cross-class mass-based Brazilian women’s movement Alvarez. 1997, p.96.

²⁰ Goldberg, Moraes, Sarti, etc.

identidades e sociabilidades, do feminismo e de outros movimentos sociais no país, criando novas esferas de atuação através de redes de solidariedade e intercâmbio. Em estudo mais recente, Alvarez (1997) ressalta os benefícios da interpenetração entre feminismo e movimentos populares, dizendo que “the manifold implications of the feminists with popular women’s organization significantly re/shaped the discourses and practices of both movements”.

Na verdade, após os anos em que a repressão militar liquidou fisicamente muitos dos oponentes (1970-75), o movimento feminista aparece comprometido com a luta pelas “liberdades democráticas”, exercendo um papel ativo na campanha nacional pela anistia já em 1975, começo da Década da Mulher da Organização das Nações Unidas - ONU. Durante esses anos, especialmente nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro, as feministas conseguiram se organizar em torno de seus problemas específicos, pondo em contato mulheres de diferentes setores sociais. Dadas as profundas diferenças culturais e sociais dentro da sociedade brasileira, a qualidade e o alcance do movimento de mulheres variou enormemente, sendo que seu desenvolvimento mais forte concentrou-se nos principais centros urbanos.

As restrições impostas pela ditadura militar ao direito de organização política e sindical forçou a oposição a limitar seus objetivos a questões locais, como os movimentos contra o custo de vida; os clubes de mães e associações de vizinhos, movimentos por creches e postos de saúde, entre outros. Assim, umas das principais características assumidas pela resistência popular foi a criação de novos tipos de organização. O contato direto entre militantes políticos e movimentos populares e sua interpenetração transformaram a prática política no país. Ademais de estimularem a criação de grupos e associações, uma

parcela importante da oposição criou, no final dos anos setenta, um novo partido político defensor do socialismo e da democracia e o mais avançado dos programas feministas., o Partido dos Trabalhadores-PT.

O processo de redemocratização fortaleceu os grupos ativistas dos direitos sociais e políticos e promoveu algumas vitórias sensíveis com respeito aos direitos da mulher. Campanhas nacionais denunciando a morte de mulheres por crimes “de honra”, a denúncia do sexismo dos livros escolares, as campanhas contra o assédio sexual são algumas das conquistas que marcaram o final da Década da Mulher. Como veremos adiante, a transformação do contexto político resultante destas novas militâncias – em que o feminismo marcou presença – ampliou o cenário do embate político e a relação dos movimentos sociais com o Estado.

Neste processo, há que ressaltar a atividade de financiadoras estrangeiras, especialmente a norte-americana Ford Foundation. A experiência institucional realizada através da Fundação Ford serviu de paradigma para a institucionalização de grupos e militantes feministas e pela introdução da ideologia e da práticas das organizações não-governamentais”, as ONGs. Outra financiadora importante tem sido a holandesa NOVIB, que atua até hoje. Assim, a constituição das ONGs foi o primeiro passo da institucionalização de uma série de grupos e propostas de trabalho e a fixação de uma agenda comum que, no começo, era ditada pelo movimento e, paulatinamente, passou a ser trazida de fora, através da influência das organizações internacionais e das financiadoras.

Por ocasião das primeiras eleições livres, em 1982, a oposição ganhou o governo do Estado de São Paulo e foi criado o primeiro Conselho da Condição Feminina, inspirado no similar francês. Esse é o ponto de inflexão. A partir de então abriu-se um campo de atuação

dentro do aparelho de Estado. Delegacias especiais para mulheres, serviços de atendimento às vítimas de violência e programas de saúde das mulheres foram sendo criadas em várias cidades do Brasil. Ao mesmo tempo, os conselhos da condição feminina foram perdendo sua autonomia e se transformando em órgão diretamente subordinados às políticas do governador em exercício o que, via de regra, significou sua despolitização e perda de eficácia.

A relativa despolitização do movimento correspondeu ao seu enquadramento dentro de regras jurídicas e do “mercado financiador” monopolizado pela Ford, Rockfeller e MacArthur frente a uma oferta cada vez maior de serviços para a mulher, transformando gradativamente as feministas em profissionais competentes de políticas sociais. Do ponto de vista acadêmico, as pesquisadoras feministas viram a vitória da perspectiva feminista no alargamento dos estudos de gênero, mas, ao mesmo tempo, a categoria gênero começou a ser utilizada como categoria axiológicamente neutra e dos estudos da mulher passamos para as “masculinidades.

Com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (presidente do Brasil de 1995-2002) e a criação da *Comunidade Solidária* novos postos de trabalho e novas teias entre governos e os conselhos, mostrando uma fragmentação e muita tensão entre feministas “tucanas” e petistas, por exemplo. Isso sem se falar naquelas que constituíram uma sociedade fechada de dimensão internacional, sempre presentes nos grandes eventos e, muitas vezes, defendendo as propostas hegemônicas norte-americanas (fundamentalismo, empoderamento...). São elas as funcionárias, técnicas e militantes do *jet set* das organizações internacionais.²¹

²¹ Costumo dizer que existe uma divisão do trabalho em que as mais poderosas fazem o “social” enquanto que as militantes de base fazem o “movimento”.

A trajetória do pequenos grupos heróicos para o feminismo, da formação das ONGs, depois na luta pelo poder dentro aparelhos de Estado, assemelha-se muito em todos os países latino-americanos à medida em os movimentos sociais conquistam maior espaço e conhecem as contraditórias conseqüências de “ser governo”. Análise muito semelhante foi realizada, alguns anos antes, por Anette Goldberg (1989), que assinala a opção “participacionista-liberal” segundo a qual parte da esquerda, “que se havia formado em torno da idéia de “revolução” e de “socialismo”, foi sendo paulatinamente reconduzida e re-direcionada.

Também Yumi Garcia dos Santos²², em sua recente dissertação de mestrado, observa que:

Apesar da forte influência das reivindicações feministas na elaboração de novos programas nacionais de desenvolvimento, é o discurso de gênero carregado de “tradução político-cultural” que parece prevalecer no processo de transformação social rumo à modernidade.

Até aqui acentuei principalmente a dimensão político-ideológica das controvérsias dentro do movimento de mulheres que concernem às institucionalizadas, as ongeiras, as partidárias e as independentes quanto o espaço de encontro são os fóruns nacionais e internacionais. Verdade é que existem alguns casos de ONGs, oriundas de grupos feministas pioneiros, que mantêm a autonomia organizativa apesar de serem consultoras e parceiras de governos municipais e estaduais. Nesse sentido concordo com Alvarez no que diz respeito aos ganhos da institucionali-

²² A incorporação da Perspectiva de Gênero como Política de Desenvolvimento: Motivações, Institucionalização e Desdobramentos. Tese de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, 2002, p. 2.

zação e da participação nos aparelhos de Estado. Como alerta Francisco de Oliveira²³: a luta de classes localiza-se na questão do orçamento da união e nos critérios de divisão dos investimentos públicos.

4. O MOVIMENTO DE MULHERES NO CHILE

Na história política do Chile os movimentos operários e sindicais sempre tiveram uma ligação muito forte com os partidos socialista e comunista, diferentemente do Brasil e da Argentina cujos, trabalhadores e sindicatos terminaram sendo tutelados, respectivamente, pelo vargismo e pelo peronismo. Nesse sentido, a luta de classes no Chile sempre foi muito menos camuflada. Ao mesmo tempo, a separação entre as classes é também uma relação de opressão étnica em que a classe dominante descendente de europeus e as populações indígenas são as mais explorada, com pouca miscigenação.

As chilenas só conquistaram o direito de votar e serem votadas em 1949, sendo que as brasileiras puderam exercer tal direito desde 1932. É através do movimento sindical e partidário que as mulheres ganham relevo. Assim, em 1957, três mulheres são eleitas para a direção da Central Única de Trabalhadores – CUT e, no ano seguinte, Inés Enriquez, primeira mulher deputada, apresenta um projeto de lei sobre o aborto. No começo dos anos 1960 as mulheres representam cerca de 22% dos assalariados e, em 1965, Fidelma Allende é eleita dirigente nacional da CUT.

²³ OLIVEIRA, Francisco de. “Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil”. In: LARANGEIRA, Sonia (org.) *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo:Hucitec, 1990.

Mas é com a eleição de Salvador Allende que as mulheres conquistam direitos que tornam o Chile um modelo de política antidiscriminação. O extraordinário avanço registrado no período 70-3 incluiu não somente a reforma de leis obsoletas como foi um estímulo sem precedentes à participação das mulheres na esfera pública e à criação de equipamentos sociais visando aliviar as mulheres da dupla jornada de trabalho. Allende tomou a iniciativa de criar a Secretaria Nacional de Mulheres e estimulou a participação das mulheres nas empresas estatizadas e nas Juntas de Abastecimiento y Precios, JAP, organização de bairro que desempenha o papel de controle popular dos abusos e sabotagens econômicas, além de servirem como postos de venda de alimentos²⁴. Para facilitar as condições de vida dos trabalhadores, foram criados “comedores” populares; a licença maternidade dobrou de 45 para 90 dias; garantiu-se leite gratuito para as grávidas e foram criados 73 novos jardins da infância.

As reformas previstas e postas em prática nos poucos anos do governo Allende incluíram: estímulo à participação das mulheres em todas as esferas e o mais avançado programa de políticas sociais. As propostas de Allende eram muito avançadas para uma sociedade conservadora e patriarcal em que o medo do socialismo uniu as mulheres proprietárias,²⁵ que ocuparam as ruas batendo panelas e boicotando o governo. No dia 11 de setembro de 1973 um golpe militar comandado pelo general Augusto Pinochet derruba pela força o governo democrático e pacifista de Salvador Allende. Pablo Neruda, o grande poeta

²⁴ Em oposição aos *clubes de vecinos* das classes médias e altas, que conspiravam contra o governo Allende.

²⁵ “Carolas” (tal como aconteceu no Brasil em 1963-4 com a Marcha da Família por Deus e pela Propriedade

chileno que morreu dias depois do assassinato de Allende, deixou seu testemunho:

Donde estuvo, en los países más lejanos, los pueblos admiraron al presidente Allende y elogiaron el extraordinario pluralismo de nuestro gobierno. Jamás en la historia de la sede de las Naciones Unidas, en Nueva York, se escuchó una ovación como la que le brindaron al presidente de Chile los delegados de todo el mundo.

Aquí en Chile se estaba construyendo, entre inmensas dificultades, una sociedad verdaderamente justa, elevada sobre la base de nuestra soberanía, de nuestro orgullo nacional, del heroísmo de los mejores habitantes de Chile. De nuestro lado, del lado de la revolución chilena, estaban la Constitución y la ley, la democracia y la esperanza.

Estas palavras resumem bem a transcendência do projeto de Allende e as esperanças que acompanharam seu governo. O golpe de Estado foi uma calamidade para a classe trabalhadora e para todos os setores progressistas, com prisões e assassinatos em massa, o país vivendo anos em estado de sitio. Passados 30 anos pode-se avaliar o atraso que o golpe militar significou para a sociedade chilena e as dificuldades em se reconquistar alguns direitos. Mais ainda, foi um terrível golpe para toda uma geração que, após a autocrítica da luta armada, depositava sua esperança na experiência chilena da transição pacífica para o socialismo. Foram os anos de chumbo.

No processo de reconquista da normalidade democrática alguns movimentos de mulheres e algumas ativistas destacaram-se, como a socióloga feminista Julieta Kirwood, professora-pesquisadora do programa FLACSO-Santiago de 1972 a 1985, data de sua morte. Ligada ao feminismo e ao movimento sindical, Julieta encabeça um movimento feminista de oposição à ditadura com o lema “democracia no país e em casa”. Esse grupo e o coletivo “Mujeres por la vida”(1983) participam dos protestos e movimentos contra a ditadura de Pinochet.

O atual governo do socialista Ricardo Lagos instituiu políticas sociais para as mulheres – mais voltadas para a questão da pobreza, educação etc. do que propriamente para a questão de gênero. A proibição do divórcio e do aborto, a discriminação dos filhos nascidos fora do casamento legal são os melhores índices a esse respeito. Em outras palavras, o conteúdo moralista e conservador da direita acirra a contradição entre os gêneros, gerando uma radicalização das demandas no sentido da “democracia no país e em casa”.

Como vemos, o processo chileno, a partir de 1990 também conhece as mesmas tensões na passagem do “feminismo heróico” para o “institucionalizado”. O processo de institucionalização do feminismo chileno implicou nos mesmos problemas já detectado no caso brasileiro. Cotejando as críticas de Goldberg às perdas e empobrecimento da nova fase institucionalizada no Brasil com o ponto de vista de Schild sobre o Chile, evidencia-se a mudança de discursos e práticas ocorrida no movimento de mulheres.

Verónica Schild, avaliando a dialética entre formas estatais e movimentos sociais, comenta que:

De modo geral, as agências do governo recrutam ativamente profissionais das ONGS para desenvolver, implementar, bem como avaliar, programas sociais. Não é preciso dizer que não se trata de uma relação fácil. Uma queixa comum por parte das profissionais das ONGS é que sua abordagem dos programas sociais enfatiza “processos”, enquanto que as agências realçam “resultados” e “produtos” (...). Porém, em última análise, se quiserem sobreviver, as ONGS devem se adaptar a essa “mercadrização” de seus objetivos e ao impacto dessas mudanças na sociedade.²⁶

²⁶ SCHILD, 2000,p.166.

5. O MOVIMENTO DE MULHERES NA ARGENTINA

As argentinas conquistaram mais tardiamente o direito político de votar e serem votadas pelas mãos de Eva Duarte Perón, em 1947. Como em todos os países da América Latina, a Argentina também teve no catolicismo sua religião de influência, o que explica a proibição do divórcio e a permanência de leis inferiorizando a mulher no casamento e a predominância do poder masculino, existente na prática e assegurado por lei.

Desde inícios do século XX, o desenvolvimento econômico do país, suas elites europeizadas e o alto padrão de vida das classes permitiram que os argentinos se sentissem do primeiro mundo. Ao mesmo tempo, o peronismo dominou o cenário político argentino, tecendo uma enorme rede de interesses, influenciando nos sindicatos e em todas as esferas da vida social. Por mais de meio século constituiu a maior força política do país e foi no seu interior que se deram os grandes embates, inclusive quando parcela da esquerda peronista aderiu à luta armada.

A grande força renovadora foi constituída pelo movimento das Madres y Abuelas de Plaza de Mayo²⁷. Em abril de 1977, mães, que se conheceram através da mesma peregrinação que faziam em busca de notícias de seus filhos e filhas desaparecidos nos sequestros realizados pelas forças político-policiais, decidiram se encontrar uma vez por semana na Plaza de Mayo, no coração de Buenos Ayres. Assim

²⁷ E. Jelin, no artigo Mulheres e Direitos Humanos. (*Estudos Feministas*, n.º 1/94, p.117-49), comenta que o movimento dos familiares das vítimas dos militares - as mães e avós da Praça de Maio - desenvolveu-se separadamente do feminismo argentino.

nasceu o movimento que se tornou no maior símbolo da resistência às ditaduras militares argentinas.

No *Fóro Temático de Psicoanálisis*²⁸ encontramos uma série de textos que tratam da relação entre psicanálises e política. Dois, em especial, merecem ser citados. O do argentino Osvaldo Saidón que, ao analisar a importância da lição política das mães da Plaza de Mayo diante do terrorismo de Estado que aniquilara seus filhos. Ele descreve o incessante caminhar das mães, todas as quintas-feiras, exigindo seus filhos e filhas de volta. As mães rejeitam as instituições do mundo político e jurídico que estão definitivamente instalados na cumplicidade com o Estado terrorista.:

Las madres trabajan de otro modo. Tan simple, tan poco instituido, que los burócratas, los hombres de Estado, cada tanto salen de sus casillas, se irritan, muestran su intolerancia con lo que escapa a su captura. Ellas están ahí, con su presencia, su cuerpo de madres sin hijos. Eso basta y sobra para que todo el mundo sepa lo que pasó, desde que comenzó la primera ronda por la plaza. Sólo no ven los que no quieren, o los que para ver precisan de las prótesis del sistema, los jueces, los discursos, los medios de comunicación.

(...)

Las madres de la plaza habitan un mundo de cuerpos, simplemente intensifican su accidente, expanden sus propiedades. Actuando así, ellas conjuran toda tentativa de psiquiatrización, no pretenden una respuesta personalológica, ni una solución a sus conflictos subjetivos. Quieren lo que todos los "normales" pregonan: verdad, justicia y sus hijos. Y esa prédica salpica a todos, produce un efecto de implicación que, en su efectividad, deja de lado la producción de todos los equipamientos de información y propaganda (televisión, diario, etc.).

A psicanalista argentina Gilou Garcia Reynoso, no artigo *Relaciones del psicoanálisis con lo social y el político* sublinha o papel das

²⁸ Psiconet.com//foros/egp.

mães no sentido da recuperação da memória história e no enfrentamento à política de desaparecimento dos corpos :

La función de las madres es simbolizante, convoca a recuperar la memoria.

Con su intervención discordante, interrumpen el mandato de silencio y olvido, y hacen oír una voz cuya inadecuación es la de la emergencia del inconsciente, del saber inconsciente que habita la ciudad, aplastado por el discurso de la Unidad y de la omnipotencia; logra decir lo indecible, para quien quiera oír. Discurso loco”, que dice la verdad, desafiando irónicamente la lógica del sentido común, y lo hace estallar. Su insistencia y el vacío en el que cae su reclamo pone en, acto un “sin sentido” cargado de efectos explosivos. “Locas” porque dicen la verdad, pero no locas porque no hablan solas; se hacen oír incluso fuera de las fronteras. Por encima del mutismo y la sordera, con su acción y su discurso, denuncian al mismo tiempo la tragedia y el cortejo de imposturas que la hace posible. Si no se puede recuperar la memoria, la palabra, el riesgo es del retorno en lo real de aquello que no pudo ser simbolizado. Las madres pudieron decir No y, rescatando el símbolo de la negación, ayudaron a recuperar un margen de libertad. La intervención de las madres en la plaza pública, conjuntamente con la acción de otros organismos que dieron asistencia a las víctimas, y la acción de las abuelas luchando para recuperar a los niños secuestrados y privados de su genealogía, constituye un capital simbólico de gran alcance ético. También es ejemplar la intervención psicoanalítica que describí en relación a los habitantes de la plaza. El trauma histórico destruye los lazos sociales y aplasta la subjetividad, con niveles de gravedad variable.

Cerca de 25 anos após elas prosseguem em sua luta, ampliada em termos de uma grande e radical frente em prol dos direitos humanos e pelo esclarecimento das mortes e desaparecimentos. As atividades do grupo incluem uma militante universidade marxista do povo e uma poderosa rede de apoio em todas as partes do mundo.

A desastrosa Guerra das Malvinas sela o fim das ditaduras militares, ao reverter parte do apoio que ainda gozavam e cria um grande movimento dirigido por Raúl Alfonsín culmina com sua eleição para a presidência em 1.983. Ele criou a CONADEP (Comisión Nacional

sobre la Desaparición de Personas, que poderia ter assumido um relevante papel no esclarecimento dos crimes cometidos pelas ditadura militares, não fosse sua decisão de propor a leis do *Punto Final* e *Obediencia Debida*, buscando concentrar as punições nas patentes mais altas das Forças Armadas e deixando de lado os oficiais menores. As conseqüências foram desastrosas. Os militares conseguiram que o Congresso extinguisse as ações penais contra os militares, e provocando inúmeros protestos das Madres de la Plaza de Mayo. Ao mesmo tempo, para os militares direitistas estas concessões não foram suficientes e Alfonsín teve de enfrentar várias sedições em quartéis no sentido de impedir a continuidade dos julgamentos e prisões de oficiais de alta patentes ainda em curso.

Alfonsín herdara uma situação econômica deteriorada da ditadura militar, que se agravou ainda mais durante seu governo. A vitória de Carlos Menén nas eleições presidenciais de 1989 e as manifestações populares oriundas da crise econômica levaram-no a antecipar a entrega da faixa presidencial. Nos sucessivos governos Menén a crise política e econômica aprofundou-se, aumentando dramaticamente a pobreza e o endividamento externo do país. A presença crescente de moradores de rua, vítimas da brutal crise que deixou mais de 60% da população abaixo do nível da pobreza e as mobilizações de protesto e da profunda revolta contra os governantes revelam as dificuldades da superação do peronismo com todos seus vícios populistas e seu fisiologismo e das seqüelas das ditaduras militares.

6. DIFERENÇAS DE GÊNERO E NEOLIBERALISMO: ALGUMAS ESTATÍSTICAS

As estatísticas produzidas pelo setor *Mujer y Desarrollo* da CEPAL comprovam como o binômio ditaduras militares & políticas neoliberais agravaram a situação social da maior parte da população dos países latino-americanos. Antes de mais nada, em se falando de populações, sobressai o fato de que mesmo na ausência de políticas de planejamento familiar e mesmo com a proibição legal do aborto a queda da taxa de natalidade é muito grande em todos os países da região. No espaço de meio século a taxa de natalidade anos cai para a metade (Chile de 1950 4,6 para 2,2 em 1999), no Brasil (2,3) e na Argentina.(2,6 filhos por mulher)

É evidente que as médias estatísticas encobrem diferenças com respeito às condições objetivas das mulheres. No Brasil, dados que levam em conta a renda e o nível de instrução materno revelam que a taxa de fecundidade de uma mulher com renda mensal de até 1/4 de salário é de 5,3 filhos e 1,11 das mulheres com renda superior a 5 salários mínimos.(IBGE – tabulações especiais 2002).

Muitos os estudos tentaram se opor às teses mecanicistas de esquerda – com sua redução das teses marxistas a um positivismo mecanicista – de que necessariamente os modos de produção seguiriam uma certa trajetória que incluía a fase capitalista e desembocava no comunismo. A direita, por sua vez, sempre defendeu o Capital e o Mercado como provedores de progresso. No Brasil, o grande otimismo dos anos Juscelino Kubitschek sustentava-se na ideologia dominante de que a industrialização e a modernização (usadas quase como sinônimas) trariam o desenvolvimento econômico e a melhor distribuição da renda.

Já nos anos 1950 vozes discordantes mostravam as diferenças irreversíveis entre países de capitalismo maduro e as ex-colônias agro-exportadoras. A CEPAL apontava a necessidade das “reformas estruturais” e Gunder Frank, nos anos 1960, denunciava o “Desenvolvimento do Subdesenvolvimento”. Não obstante a ingenuidade das teses estagnacionistas da CEPAL,²⁹ o tema das reformas estruturais continua sendo da maior importância e, aos poucos, dadas as dramáticas consequências das políticas neoliberais, retornam à ordem do dia.

Às vésperas das eleições argentinas de 2003 e frente à desestabilização da Venezuela, o sociólogo Emir Sader comenta o duro preço pago pela América Latina por ter ser tornado laboratório das políticas neoliberais: o número de pessoas vivendo abaixo do nível de pobreza era 120 milhões de pessoas em 1980 e saltou para 214 milhões em 2001, isto é, cerca de 43% da população da região.³⁰

* **Aumenta a porcentagem de mulheres chefes de família**

O processo de intensa urbanização que acompanha o capitalismo implicou a drástica transformação de sociedades rurais em sociedades industriais. Hoje, mais de 80% vive em áreas urbanas o que equivale dizer que dependem exclusivamente de ingressos monetários para sobreviver. O impacto da chamada modernização, com a crescente participação feminina nas atividades mercantis e a desestruturação do modelo nuclear de família implicou no aumento das responsabilidades femininas como provedoras exclusivas de suas famílias. Atualmente,

²⁹ A esse respeito vide meu artigo *A critique of Brazilian Political Economy in Capital & Class*. Theory and Political Special Issue. London, spring, 1980, escrito em colaboração com Guido Mantega.

³⁰ SADER, Emir Année cruciale pour la gauche latino-américaine: in *Le Monde Diplomatique*, Février de 2003, p.10.

as mulheres chefiam cerca de 1/4 dos lares, passando de 21% para 27% na Argentina, de 20,1 a 25,4% no Brasil e de 21,4 para 24% no Chile, entre 1990 e 1999.

***O sexo da classe operária: família&trabalho**

Um dos indicadores mais consistentes com respeito à discriminação feminina concerne à permanência de guetos ocupacionais. Os censos demográficos continuam registrando a concentração da mão-de-obra feminina em um pequeno número de atividades, todas consideradas de baixo prestígio e menor remuneração: empregadas domésticas, trabalhadoras rurais, professoras primárias, serviços. Dados de uma pesquisa da DataFolha³¹ comprovam o fato de que cinco profissões ocupam mais da metade das mulheres no Brasil: serviços domésticos (21%); serviços de escritório, bancos e áreas afins (9%), vendedora (9%), professora (7%) e sócia/proprietária de pequeno comércio (6%).³²

As trabalhadoras domésticas representam quase vinte por cento da população economicamente ativa. Deste total, cerca de 56% são mulheres negras, cuja discriminação é ainda maior devido ao precon-

³¹ Publicada na *Revista da Folha* de 21 de julho de 2002, com o título de "A brasileira no mercado de trabalho".

³² Em análise dos diferenciais de rendimentos por hora, sexo, raça e nível de instrução, estudo da Fundação SEADE indica que, na população escolarizada (com ensino médio completo ou superior incompleto), os homens brancos, no ano 2000, em São Paulo, ganhavam R\$ 6,29/hora, os negros R\$ 4,62, as mulheres brancas R\$ 4,35 e as negras R\$ 2,92. Em qualquer situação, porém, as mulheres negras são as que mais sofrem, sob o peso da dupla discriminação. Apud/ Relatório Nacional Brasileiro Sobre A Situação Da Mulher apresentado na XXXI Assembléia de delegadas da Comissão Interamericana de Mulheres da Organização Dos Estados Americanos, em outubro de 2002, p.13

ceito “racial” existente em nossa sociedade. A categoria profissional das empregadas domésticas não recebe a totalidade dos direitos trabalhistas que são concedidos às trabalhadoras urbanas, como jornada de trabalho de 44 horas semanais, seguro-desemprego, estabilidade para a gestante, horas extras remuneradas, recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e os benefícios previdenciários.

As estatísticas de gênero das Nações Unidas revelam o aumento a taxa de participação das mulheres nas atividades econômicas (38% para 47% na Argentina; de 45% para 53% no Brasil e de 35% para 41% no Chile, entre 1990 e 1999). A concentração de mulheres no setor de serviços e os salários menores (em torno de 30%) constituem outras evidências da discriminação de gênero.

O aumento da participação feminina na economia tem de ser analisado à luz das diferenças de responsabilidade na esfera familiar – com o esmagador predomínio das mulheres nas tarefas de alimentar, limpar e cuidar – em que as mudanças, no sentido da maior participação masculina ainda são muito tênues. Com isso, a trajetória profissional das mulheres está, via de regra, sobredeterminada pelas tarefas domésticas, com a denunciada “dupla ou tripla jornada de trabalho”.

*** A divisão do trabalho por gênero**

A semelhança na divisão sexual do trabalho, isso é, a permanência de guetos ocupacionais também é comprovada pelas estatísticas da CEPAL. Nas atividades de Serviços (que inclui os serviços domésticos) temos, em 1999, cerca de 56% das argentinas, 59% das brasileiras e 48% das chilenas. Os homens, em compensação constituem de 20 a 25%. O segundo maior nicho feminino é constituído pelo Comércio (18% no Chile, 21% no Brasil e 20% na Argentina). Nesse setor

existe um maior equilíbrio com relação à participação masculina. Relativamente às atividades industriais observa-se um maior diferença entre o percentual de mulheres e o de homens. Em 1999 trabalhavam em atividades relacionadas com a indústria cerca de 10% das trabalhadoras do Brasil, Argentina e Chile, comparativamente aos cerca de 17,5% de trabalhadores do sexo masculino.

Ademais, a entrada da mulher no mercado de trabalho, embora seja uma conquista, muitas vezes se faz através do emprego doméstico, reforçando a existência de guetos profissionais femininos. A mulher está sobrecarregada pela dupla ou tripla jornada de trabalho, com um acúmulo de tarefas. Divide as mesmas responsabilidades de provedoras que seus maridos/companheiros, mas não conseguem dividir o trabalho doméstico. Em países de maior desenvolvimento social os homens compartilham cada vez mais do conjunto das tarefas domésticas e familiares, comprovando que a democratização das relações entre homens e mulheres é um índice da qualidade da cidadania.

Estes dados comprovam como o funcionamento da dinâmica capitalista incorpora o patriarcalismo e como a conquista da autonomia econômica das mulheres pode ser restrita e penosa na sociedade atual. Isso porque a incorporação da mulher ao trabalho exigiria uma nova divisão sexual das tarefas com uma maior participação dos homens no cuidado da casa e dos filhos, assim como uma presença mais atuante de equipamentos sociais – de creches, restaurantes etc.

Nesse sentido, ficam cada vez mais evidentes os limites estruturais do capitalismo no sentido da ampliação das conquistas sociais e a igualdade entre os sexos.

7. IMPASSES DO FEMINISMO

A expansão do capitalismo com sua divisão desigual entre as nações a incontestável supremacia norte-americana, declaradamente ativa na sabotagem aos governos progressistas da América Latina, bem como a imposição do modelo neo-liberal sustentado pelos organismos internacionais controlados pelos norte-americanos, como o Fundo Monetário Internacional, constituem os elementos unificadores dos problemas de crise fiscal, endividamento externo, desnacionalização da economia e sucateamento das empresas estatais que caracterizam a realidade latino-americana. A lógica do capitalismo, com a crescente mercantilização de todas as relações sociais, com a extinção de formas alternativas de existência e sobrevivência econômica, impõe a todos o modelo do consumismo, do modismo, do narcisismo ao mesmo tempo em que aumenta as condições de vida da maior parte do globo são cada vez mais subordinadas aos ditames da acumulação do capital.

Nessas condições, quais as possibilidades de resistência e de emancipação? De que maneira a opressão de classe se inscreve na subjetividade? Quais os limites da solidariedade entre as mulheres?

Até aqui temos falado das “mulheres”, acentuando a opressão que as unifica. Mas outros determinantes sociais vão definir seu destino final enquanto indivíduos. As classes sociais e as “raças” inscrevem-se em cada mulher em particular, gerando outras formas de opressão e conflito de interesses, como denotam as relações entre patroas e empregadas domésticas. A grande consequência política desta diversidade é a fragmentação das mulheres, que são cooptadas pelo sistema e reproduzem suas estruturas perversas. A moda e a beleza, por exemplo, podem ser consideradas índices do poder persuasivo das

ideologias dominantes e da capacidade do capitalismo de perverter o consumo e influir no desejo. Razão tem Herbert Marcuse em *Eros e Civilização* (1955) e *Ideologia da Sociedade Industrial* (1964), ao denunciar a capacidade do capitalismo em, por um lado, des-erotizar a vida cotidiana e, por outro, instrumentalizar a sexualidade, canalizando as energias libidinais para o consumismo supérfluo e para uma “dessublimação repressiva”.

O fato das mulheres terem sua participação na vida social determinada por três elementos qualitativamente distintos – sexo, classe e etnia-raça – explicam em parte as fraquezas e os limites dos diversos movimentos femininos que a história conhece. Todas as mulheres sofrem a mesma discriminação sexual e têm, neste sentido, reivindicações comuns. Mas a impossibilidade de transformar estas reivindicações numa plataforma única, de sensibilizar todas as mulheres em relação a esta plataforma, está dada pelas contradições situadas no âmbito da divisão de classes. A análise das plataformas reivindicativas de diversas correntes norte-americanas e européias mostra não somente concepções distintas no referente às causas da opressão da mulher mas, principalmente, que as reivindicações feitas dependem muito do grau de desenvolvimento econômico e social de cada sociedade.

Assim, se as feministas em geral defendem o fim dos “fundamentalismos”, as feministas socialistas e comunistas também são contra o fundamentalismo do Mercado e do Capital. Como observa Alda Facio, o feminismo concerne especificamente às relações de gênero. Nesse sentido, existem feministas de direita ou pouco preocupadas com a luta de classes:

No estoy planteando que no pueda haber mujeres que se sientan o se definan como feministas y que también sean de derecha o de centro o de lo que sea.

Es más, posiblemente haya muchas mujeres de derecha que en su vida personal sean más feministas que muchas de nosotras. Mujeres que hayan trabajado el sexismo interiorizado con más ahínco y determinación. Y esto es una parte importantísima de ser feminista. Sin embargo, ser feminista a nivel individual no es lo mismo que ser parte de un movimiento. Las feministas podemos estar en todos lados: en el Estado, en las agencias de cooperación, en la ONU, en las ONGs, y hasta en movimientos religiosos, artísticos, o que luchan contra otras formas de discriminación e intolerancia. Pero sostengo que el movimiento feminista, como tal, tiene que ser progresista, es decir, de izquierda, como lo fue desde sus inicios y en sus distintas etapas, de lo contrario tiene poco que ofrecerle a la gran mayoría de las mujeres que siguen siendo pobres.³³

O feminismo de esquerda considera que a inegável inferioridade social da mulher na maior parte do mundo, isto é o fato de que as mulheres são oprimidas enquanto tal, é inseparável das divisões oriundas da estrutura de classes. A diferença de interesses se espelha muito claramente na questão das políticas sociais. A luta pela apropriação dos excedentes – especialmente em momentos de crise fiscal – opõe os interesses das diferentes classes e estratos de classe. Na medida em que as mulheres constituem a maioria dos pobres as políticas sociais Nesse sentido, a questão das políticas sociais tem de ser vista pela dupla ótica de seus evidentes limites, mas também de sua importância redistributiva. O reconhecimento dos problemas de cooptação e da institucionalização trazidos pela absorção de parte dos movimentos sociais nos aparelhos de Estado tem seu contraponto na importância das políticas sociais e no fato de que hoje, mais do que nunca, parte da luta pela reapropriação da riqueza gerada pelo trabalho inscreve-se nas políticas sociais.

³³ Alda Facio, agosto de 2001. Globalización y Feminismo Tema del IX Encuentro Feminista, Costa Rica 20002. por Alda Facio 17 de agosto de 2001 RIMA: Red Informativa de Mujeres de Argentina.
URL:http://www.rimaweb.com.ar/feminismos/alda_facio_globalizacion.html.

Na verdade, o impacto das políticas neoliberais coloca na ordem do dia a questão da reconquista dos Estado de bem-estar social. Cabe a Nancy Frazer(1989) o mérito de ter alertado para as conseqüências negativas que o encolhimento do welfare representa para as mulheres. Também insiste ela no fato de que o ataque ao estado de bem-estar não era só um capricho³⁴ do governo Reagan mas uma necessidade oriunda da crise capitalista denominada por James O'Connor de “crise fiscal do estado”. De fato, acentua Frazer, as mulheres são afetadas porque “women constitute the overwhelming majority of social-welfare state.”³⁵ Não só constituem as beneficiárias, junto com as crianças, como também representam o maior contingente de trabalhadores do setor público ligado aos serviços sociais. Nesse sentido, nos Estados Unidos e em outras partes do mundo o desmonte dos benefícios sociais tem uma clara dimensão de gênero.

8. Concluindo

O descontentamento das mulheres com sua condição – o mal-estar feminino – assumiu formas variadas. As famosas histéricas estudadas por Freud e seus corpos contorcidos eram o sintoma disso. Com muita propriedade, a psicanalista argentina Emile Dio Bleichmar denominou seu livro de *O feminismo espontâneo da histeria*. Se a sociedade de hoje não fabrica mais histéricas como antigamente, o mal-estar feminino aparece na anorexia, nas tentativas de escapar ao tempo através das operações plásticas e de cosméticos, na obsessão consu-

³⁴ BLEICHMAR

³⁵ FRAZER, 1989, p.147

mista e em outras formas de expressão do empobrecimento pessoal na contemporaneidade.

A expansão e a penetração do modo de produzir capitalista aumenta a proporção daqueles e daquelas que precisam vender sua força de trabalho para poder sobreviver. O processo de concentração das riquezas alarga o fosso entre as condições de vida e o poder dos ricos frente à uma massa crescente de desempregados. O desequilíbrio estrutural do capitalismo diz respeito exatamente à incapacidade das “forças do mercado” para planejar e estabelecer um equilíbrio entre oferta e procura. A América Latina, como periferia ou semi-periferia das nações capitalistas hegemônicas, sofre as conseqüências de sua subordinação, ao ter sua capacidade de inversão produtiva reduzida pela permanente drenagem de recursos através do pagamento de *royalties* e da dívida externa.

Esse é um ponto crucial das divergências entre feminismo liberal e feminismo socialista. Enquanto que as liberais advogam a bandeira da igualdade entre os sexos, sem referência às hierarquias de classe, as socialistas entendem que a emancipação das mulheres exige a superação do patriarcalismo e do capitalismo. Nesse sentido, a oposição ao neoliberalismo transformou-se na bandeira unitária de luta, tanto nos encontros latino-americanos de feministas, que se realizam anualmente desde 1981, quanto no Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Neles estão presentes muitos dos projetos e movimentos sociais do período das ditaduras militares. O encontro das esperanças e da experiência do passado com os projetos do futuro permite a resignificação dos movimentos sociais e o aprofundamento de suas lutas.

9. BIBLIOGRAFIA

- ALVAREZ, Sonia. E. *The politics of gender in Latin America: comparative perspectives on women in the brazilian transition on democracy*. New Jersey, Princeton University Press, 1990.
- ANDERSON, Perry *O fim da História de Hegel a Kukaiyama*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1992.
- ARANTES, Antonio A., "Cultura e Cidadania" in *Cidadania*. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n.24,1996.
- BARROSO, Carmem (org.) *Mulher, Sociedade e Estado*. São Paulo: Cortez, 1983.
- BLEICHMAR, Emilce. *O feminismo espontâneo da histeria*. Porto Alegre:Artes Médicas, 1988.
- BEAUVOIR, Simone de. *O Segundo Sexo* (2 volumes) São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1960.
- BOBBIO, Norberto. *El tiempo de los derechos*. Madrid: Editorial Sistema, 1991.
- BOURDIEU, Pierre. La domination masculine. *Actes de la Recherche en Sciences Sociales*, Paris, n.84,p.3-311, sept.1990.
- COMISIÓN ECONÓMICA PARA AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE. Séptima Conferencia Regional sobre Integración de la Mujer en el Desarrollo Económico y Social de América Latina y el caribe. Santiago, Chile, 19 al 21 de Noviembre. S. Commission on Health Research for Development (1990) Health Research, Essential Link to Equity in Development, USA. 6. Thomas S. P. (1 997) Distressing Aspects of Womens Roles, Vicarious Stress, and Health Consequences. En *Issues in Mental Health Nursing*, 18:539-557. 7. Valenzuela, M. Venegas, S. y Andrade, C. Editoras (1 995) *De Mujer Sola a Jefa de Hogar. Género, Pobreza y Políticas Pública*. Sernam. Santiago, Chile.
- CORREA, Mariza (org.) Simone de Beauvoir & os feminismos do século XX. Campinas: *Cadernos Pagu* (12)1999

- DAGNINO, Evelina. *Sociedade Civil e Espaços Públicos no Brasil*. S.Paulo: Paz e Terra, 2002,p.9
- FACIO, Alda. Globalización y Feminismo, Tema del IX Encuentro Feminista. Costa Rica 20002.
- FERNANDES, Rubem César. "Privado, porém público: o terceiro setor na América Latina" in *Edição da Assembléia Mundial Cidadãos*, CIVICUS, Washington, 1995.
- FLACKS, Richard e WHALEN, Jack, *Beyond the barricades The sixties generation grows up*. Temple University Press, Philadelphia
- FRAZER, Nancy, *Unruly Practices*. Power, discourse and gender in contemporary social theory. University of Minnesota Press, 1989.
- GODINHO, Tatau (org.) *Mulher e Política*. Gênero e feminismo no Partido dos Trabalhadores. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 1998.
- GOLDBERG, Anette. "Feminismo no Brasil contemporâneo: o percurso intelectual de um ideário político". In; BIB. nº28, Rio de Janeiro, 1989.
- HAHNER, June. Feminism, women's rights and the suffrage movement in Brazil: 1850-1932. *Latin America Research Review*, 15(1):65-111.
- KUCINSKY, Bernardo. *O fim da ditadura militar*. São Paulo: Editora Contexto, 2001
- LOPEZ, Eernesto. A construção do controle civil: Argentina, Brasil e Chile in SAINT-PIERRE, H.L. e MATHIAS, L.S.(org.) *Entre votos botas. As forças armadas no labirinto latino-americano do novo milênio*. Franca: UNESP, 2 001,.
- MITCHELL, Juliet. Mulheres: a revolução mais longa. *Revista de Civilização Brasileira*, Rio de Janeiro(4), 1967.
- MORAES, João Quartim de. *Liberalismo e Ditadura no Cone Sul*. Campinas, UNICAMP, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, 2001.

- MORAES, Maria Lygia Quartim de. *A experiência Feminista dos Anos Setenta*. Textos nº 5. Faculdade de Ciências e Letras, UNESP/ Araraquara, 1990.
- _____. *Mulheres em movimento: o balanço da década da mulher do ponto de vista do feminismo, das religiões e da política*. São Paulo. Editora Nobel/Conselho da Condição Feminina, 1985.
- _____. (org.) *Desdobramentos do feminismo*. Campinas: *Cadernos Pagu* (16) 2001.
- _____. e NAVES. Rubens (org.) *Advocacia pro bono em defesa da mulher vítima de violência*. São Paulo: Editora UNICAMP e Imprensa Oficial do Estado, 2002.
- MOREIRA ALVES, Branca, *Ideologia e Feminismo*. Petrópolis, Ed. Vozes, 1980.
- OLIVEIRA, Francisco de. “Os protagonistas do drama: Estado e sociedade no Brasil”. In: LARANGEIRA, Sonia (org.) *Classes e movimentos sociais na América Latina*. São Paulo:Hucitec, 1990.
- PESQUISA “A mulher brasileira nos espaços públicos e privado”, realizada pela Fundação Perseu Abramo, em 2001.
- PIOVESAN, Flávia “Direitos Humanos e Globalização”. In: *Direito Global*, 1º ed., Max Limonad, 1998, São Paulo.
- RÍOS, Marcela. “Institucionalización de las políticas de género y consolidación democrática: la experiencia chilena”. Ponencia presentada en Congreso Anual del Latin American Studies Association. Guadalajara, 1997.
- SADER, Eder e GENTILI, T. (org.) *Pós neoliberalismo. As políticas sociais e o Estado democrático*. Paz e Terra, 2000.
- SADER, Emir. *Quando novos personagens entram em cena*. Paz e Terra, 1983.
- SAFFIOTI, HeleithI.B e ALMEIDA. *Violência de Gênero – Poder e Impotência*.Rio de Janeiro:Livraria e Editora Revinter, 1995.

- SARTI, Cynthia. "A panorama of Brazilian feminism" in *New Left Review* n.173, Londres, 1989.
- SCHILD, Verónica. Novos sujeitos de direitos? Os movimentos de mulheres e a construção da cidadania nas "novas democracias" In *Cultura política e movimentos sociais latino-americanos: novas leituras*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2000.
- WANDERLEY Luiz Eduardo W. Os cristãos, o socialismo e projetos históricos alternativos Trabalho apresentado na mesa redonda MR08 "Catolicismo e neoliberalismo". VIII Jornadas sobre Alternativas Religiosas na América Latina. São Paulo, 22 a 25 de setembro de 1998.
- TARUCCI, Mónica. ¿Posmodernismo o posfeminismo? Una reflexión desde la antropología in *La Producción Oculta. Mujer y antropología, III Congreso Argentino de Antropología Social*. Buenos Aires: Editorial Contrapunto.
- TCACH, César. Argentina 1983: ¿Reinstauración o refundación de la democracia? *Idéias* 6(2)7(1)

À

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária “Zeferino Vaz”

Caixa Postal 6.110

13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: 0XX (19) 3788.1604 / 3788.1603

Telefax 0XX (19) 3788.1589

<http://www.unicamp.br/ifch/publicacoes/>
morewa@unicamp.br

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____

We have received: _____

FALTA-NOS: _____

We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____

We are sending in exchange: _____

DATA: _____

Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTE IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**

Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.

